



Manual de Orientação ao Pesquisador

1. A Documentação em Suporte Papel

Nosso acervo é composto por documentos **históricos**, de grande relevância para a memória judiciária. Entretanto, devido ao tempo e às condições de guarda, muitos processos encontram-se **fragilizados, com desgaste físico acentuado**.

“Os arquivos são a herança documental de uma instituição”.Schellenberg (1956)

2. A Importância da Preservação do Documento Físico

Os documentos originais custodiados pelo Arquivo Judiciário são **testemunhos da história** e possuem valor jurídico, probatório e cultural.

Preservá-los significa:

- Garantir a **autenticidade** e a **integridade** da informação;
- Proteger o patrimônio documental de danos irreversíveis;
- Assegurar que futuras gerações tenham acesso à fonte primária.

Por que restringimos o manuseio dos originais?

- O contato direto pode causar rasgos, manchas, perda de legibilidade e desgaste natural;
- Alterações físicas comprometem a confiabilidade e a autenticidade do documento.

“O documento arquivístico é frágil e vulnerável, e por isso requer práticas sistemáticas de preservação e conservação”. Bellotto (2006).

3. Digitalização - Decreto nº 10.278, de 2020

A digitalização é uma **estratégia de proteção e acesso**, ela permite:

- Preservar os originais, evitando seu manuseio;
- A consulta seja **ampla, ágil e segura**, atendendo aos princípios da transparência pública;
- Garantir cópias de consulta que **substituem o contato com o material fragilizado**.

“A reprodução digital é meio eficaz de garantir tanto a preservação da informação quanto o acesso contínuo ao longo do tempo.” Luciana Duranti (1995)

4. Disponibilização no AtoM

Estamos trabalhando para disponibilizar todo o acervo histórico no **AtoM (Access to Memory)** – uma plataforma internacional de descrição arquivística.

Isso possibilitará:

- Consulta online de descrições e, sempre que possível, acesso às versões digitais;
- Maior **transparência e visibilidade** do patrimônio documental;
- Integração do Arquivo Judiciário às boas práticas internacionais de gestão e difusão de acervos.

5. O Compromisso Institucional e a Lei de Acesso à Informação

O Arquivo Judiciário atua para **equilibrar preservação e acesso**, priorizando sempre a integridade dos originais.

Conforme a **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)**:

- O órgão deve responder às solicitações de informação em até **20 dias**, prorrogáveis por mais **10 dias** mediante justificativa.
- O acesso será garantido, preferencialmente, por meio das **cópias digitais disponibilizadas**.

“Os arquivos são instrumentos de prova e de memória, e sua preservação é indispensável à sociedade.”Rousseau & Couture (1998)

6. Orientações ao Pesquisador

- Utilize preferencialmente as **cópias digitais**;
- O acesso ao **documento original não será autorizado**, salvo em casos de estrita necessidade, avaliados pela equipe técnica;
- Reconheça o documento como **bem cultural e histórico coletivo**;
- **Preencha obrigatoriamente o formulário** disponível **abaixo deste manual**, na mesma página de acesso, para registro e controle de sua pesquisa.
- O pesquisador deve compreender que a **restrição ao físico é medida de preservação** e não de limitação de acesso;
- As solicitações seguirão o prazo previsto na **Lei de Acesso à Informação**.

O documento físico é único, frágil e insubstituível. O acesso digital não é limitação, mas uma **garantia de preservação da memória e democratização da pesquisa**.

Controle de Pesquisa

- Pesquisador (Nome completo):

- Documento de identificação (RG/CPF):

- Contato (celular/e-mail):

- Cidade/Estado:

- É sua primeira pesquisa no Arquivo Judiciário de Alagoas?

☐ Sim

☐ Não

- Instituição de origem (Universidade, Órgão, Empresa, etc):

Curso/período (se aplicável):

Finalidade da Pesquisa:

() Acadêmico

() Jornalístico

() Institucional

() Outros (especificar)

- Recorte temporal/período de interesse:

- Título ou tema da pesquisa:

- Outras observações:

Local e data (do pedido)

Termo de Responsabilidade do Pesquisador

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, declaro, para os devidos fins, que:

1. Reconheço a **importância histórica, jurídica e cultural** dos documentos preservados pelo **Arquivo Judiciário de Alagoas** e comprometo-me a respeitar integralmente sua integridade.
2. Estou ciente de que o acesso será realizado prioritariamente por meio de **cópias digitais**, as quais garantem a **autenticidade e a confiabilidade** das informações contidas nos documentos originais, sem prejuízo de sua validade e conteúdo.
3. Comprometo-me a **referenciar o Arquivo Judiciário de Alagoas** em todo e qualquer trabalho acadêmico, científico ou publicação decorrente da pesquisa realizada neste acervo.
4. Declaro que não utilizarei sistemas de **inteligência artificial** para alterar, manipular ou gerar conteúdos que possam comprometer a fidedignidade das informações consultadas.
5. Assumo a total responsabilidade pelo uso das informações obtidas, respeitando as normas legais e éticas de preservação e difusão do patrimônio documental.

Assinatura do Pesquisador (e-gov)